



MOBILIDADE E EXCLUSÃO SOCIAL¹

Rafael da Ponta Vicente

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista - UNESP. Professor de Ensino Fundamental e Médio da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Rua Roberto Simonsen, 305, CEP: 19060-900. Presidente Prudente-SP. E-mail: rafaelponta@yahoo.com.br

Resumo:

Neste texto, busca-se estabelecer uma mediação entre os processos de exclusão social e as dinâmicas da mobilidade na sociedade urbana. Pretende-se problematizar seus conteúdos em três momentos: primeiro, entendendo a exclusão social como uma abordagem metodológica que dê conta de uma realidade complexa e contraditória, identificando as relações entre os conceitos de desigualdade, segregação e exclusão; em seguida, destacando três estudos sobre desigualdade e exclusão social que, considera-se, formulam perspectivas metodológicas para realidades urbanas específicas e diferenciadas entre si – São Paulo e Álvares Machado, compreendendo respectivamente uma cidade de grande e uma de pequeno porte –; por fim, incorporam-se ao texto os processos específicos de mobilidade na formação/produção e reprodução das desigualdades de Álvares Machado, entendendo a complexidade dos aspectos que determinam um modo de vida através de um repertório empírico-conceitual que abarque, por um lado, o perfil social geral da população ao mesmo tempo em que, por outro, proporcione o entendimento de sua heterogeneidade.

Palavras-chave: Mobilidade, Exclusão Social, Produção do Espaço Urbano.

Mobility and social exclusion

Abstract:

In this paper, I try to set up mediation between social exclusion process and mobility dynamics for urban society. I intend to render problematic its contents, first, by understanding social exclusion as a methodological approach that fits a complex and contradictory reality, and identifying some of the relations laying between the concepts of unevenness, segregation and exclusion. Second, I stare at three studies about social exclusion and unevenness under the lens of its methodological aspects, formulated each one to specifics urban realities: the city of Sao Paulo in the first two cases and the city of Alvares Machado in the last one, putting aside one large and one small city. Third and finally, I bring to the text some specific processes about mobility dynamics in production and reproduction of unevenness in Alvares Machado, setting an understanding by a conceptual empiric repertoire about the complexes aspects that command a way of life, enclosing the profile of population meanwhile consider its heterogeneity.

Keywords: Mobility, Social Exclusion, Urban Space Production.

¹ Este artigo é produto da pesquisa e da dissertação de mestrado intitulada **Mobilidade: a ordem espacial dos deslocamentos urbanos numa sociedade desigual**, finalizada pelo autor em março de 2011 pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT UNESP.

O conceito de exclusão social

Difícil evocar o termo *exclusão* sem que se pense, imediatamente, na *pobreza*. A imbricação dos dois conceitos é tamanha que, de fato, acabam por se confundir muitas vezes num mesmo significado. Se a pobreza é, por um lado, a carência, a privação e a falta – entendida a partir de critérios de renda e de estabelecimento de uma linha de pobreza (ROCHA, 2005) – a exclusão, conseqüentemente, às vezes passa a ser entendida como a substantivação, no léxico e no cotidiano, no senso comum e, não raro, na Academia, da condição do pobre. Além disto, termos derivados de “exclusão” que procuram qualificá-la como inclusão precária (MARTINS, 2002 e 2003), bem como conceitos produzidos e já consolidados em outras áreas do conhecimento, como o de segregação, tornam ainda mais complexo o entendimento do significado e do sentido do conceito de exclusão².

Desta forma, a quantidade e a complexidade de temas que cabem sob a análise a partir da exclusão social são inúmeras e se referem a variadas facetas da dimensão social, como os aspectos psicológicos, políticos, econômicos, familiares, entre outros. Entretanto, a partir do momento que se vê nas análises de exclusão social não um objeto, mas uma metodologia para estudo de objetos multifacetados, ganha-se a perspectiva da contradição, da dialética e do processo espaço-temporal, dando corpo, em outras palavras, às análises das situações de *vulnerabilidade*.

Por mais difuso e sujeito a controvérsias, entretanto, o conceito tem a capacidade de jogar luz sobre as facetas múltiplas do econômico, do social, do político e do psicológico que se perdeu para cada um frente ao estado de destituição de recursos de toda espécie para o enfrentamento de suas vulnerabilidades e riscos. (MELAZZO, 2006, p. 68).

É isto que se entende como exclusão social neste trabalho: não uma condição, mas um processo em curso que constrói uma gama de determinações e explicita outras especificidades, formada a partir de práticas repetitivamente instaladas no tempo e no espaço. O rompimento de laços de diversas dimensões da vida – trabalho, integração na sociedade, integração territorial, família, consumo – resulta no desenlace mais profundo e mais difícil de ser revertido, o do direito e da cidadania. O

² Entende-se o contexto do nascimento do conceito de exclusão social em termos de políticas públicas na Europa a partir das discussões fundadoras das ações da União Européia no combate à pobreza no bloco, tendo como fundamento central o confronto entre a corrente inglesa de combate à pobreza e a corrente francesa de inserção do indivíduo e dos grupos pobres nas redes sociais, sendo esta última posteriormente mais aceita. Entretanto, como o nascimento do conceito não é propriamente o foco do capítulo, para um bom ponto de partida de uma discussão mais detalhada cf. SEN, Amartya. **Social exclusion: concept, application, and scrutiny**. Manila: Asian Development Bank, 2000.

material social se desgasta no atrito com as práticas excludentes, o tecido se esgarça com o passar do tempo e com a permanência da exclusão social, perdendo cada vez mais sua elasticidade, de forma que, quanto mais este processo ganha corpo, mais distantes destas populações se tornam a dignidade e a equidade.

A abordagem aqui tomada caminha no sentido de considerar a pobreza como a condição momentânea, conjuntural, passível de ser assistida (mas não por isso menos cruel); por outro lado, a exclusão social é assumida aqui a partir da repetição, no tempo e no espaço, de uma situação de *carência*, sobretudo aquela que é impelida aos efeitos da *vulnerabilidade* e encaminha grupos e espaços para a *precarização da cidadania*, e que só pode ser alvo de políticas públicas para sua superação.

Antecessor a este debate e com mais longa tradição no pensamento geográfico é o conceito de *segregação*. Perpassa a escola de Chicago, num contexto em que se entendia a segregação como objeto da vontade dos indivíduos de permanecerem entre seus iguais – por grupos sociais de renda ou até mesmo por etnias, numa compreensão muito próxima das ciências biológicas que caracteriza a ecologia urbana dos anos 1930. Sua crítica resultou no pensamento marxista urbano, que passou a entender a segregação como “[...] resultado das contradições das relações sociais, das lutas de classe no sistema capitalista, refletidas e expressas na organização e estruturação do espaço urbano [...]” (VIEIRA, 2005, p. 10).

Segundo Marisco (2003, p. 13), é possível entender que

[...] a relação direta entre política estatal urbana x segregação espacial é que existe uma estreita relação entre planos e práticas, pois na concepção dos planos está implícito à lógica social que os promoveu [...].

Assim, o que se entende é que há segregação de grupos sociais no espaço, ou segregação sócio-espacial³, enquanto elementos de uma *prática espacial* que, impetrada por agentes de produção do espaço urbano como incorporadoras, construtoras e poder público, promove a seleção de áreas melhores e piores para finalidades e grupos distintos, que os disputam de acordo com suas forças de

³ De acordo com Marcelo Lopes de Souza, há diferença entre os adjetivos *sócio-espacial*, considerando fenômenos, processos e dinâmicas que são concomitantemente ligados às relações sociais e ao espaço, e *socioespacial*, considerando o espaço social, ou seja, o espaço através da ótica do social, ou ainda o espaço que se entende a partir da sua produção pela dimensão social da realidade. Essa diferença parece ser relevante na exposição e no entendimento dos processos explicitados, como forma de ajudar no encadeamento dos conceitos para compreensão. Cf. SOUZA, Marcelo Lopes de. **Em torno de um hífen**. Revista Formação, n.15, v. 1, 2008, p.159-161.

organização e poderes político-econômicos. Destas disputas resultam os *processos* de produção do urbano – material e imaterial – no qual a localização de grandes contingentes de grupos sociais como um dos fundamentos da apropriação capitalista do solo *pari passu* à localização das atividades produtivas, imobiliárias e dos grupos privilegiados.

Desta dinâmica, surgem processos mais complexos, muitas vezes concomitantes (mas não necessariamente vinculados), todos eles desenhando uma cidade desigual do ponto de vista das localizações, da convivência e do acesso. Assim, nos moldes do que aponta Corrêa (2007, p. 69): “*A singularidade da prática espacial transforma-se, pela ação sistemática, regular e de maior escala temporal, envolvendo uma ampla porção do espaço, em processo espacial.*” Este entendimento é fundamental, pois se considera aqui como o processo influencia nas escolhas, os constrangimentos e as imposições, portanto:

[...] entende-se que a compreensão da segregação socioespacial como a separação espacial na cidade da população por diferentes classes sociais, por renda, cultura, política e/ou étnica, leva uma parcela significativa da população à perda gradativa de seus direitos e à privação de condições mínimas de vida ou discriminação e estigmatização. Isso nos permite considerar que a segregação socioespacial é um processo indutor ou uma condição espacial do processo de exclusão social. (VIEIRA, 2009, p. 60).

Para Vêras (1999), a espiral repetidamente diferenciadora que, no decorrer do processo de desenvolvimento, renega e relega grupos sociais (segundo ela, mas também espaços, no entendimento aqui apresentado) do desenvolvimento como ascensão material e de direitos cria, com o tempo, grupos sociais (e espaços) diferenciados a tal ponto que, na repetição, tornam-se, de fato, excluídos do processo. Inclui-se de espaços também, pois o espaço não é somente palco sobre o qual se dão as relações, ele mesmo cumpre um papel importante no estabelecimento (ou não) das relações; sendo assim, na medida em que é *loci* atingido por e condicionador de fenômenos, processos e dinâmicas, é possível que ele mesmo favoreça menos ou mais as desigualdades, apontando para processos conformadores de desigualdades socioespaciais. Seriam os casos de visibilidade mais contundente as favelas, por exemplo, posto que “[...] o loteamento e o condomínio fechado são estratégias para valorizar o habitat de um segmento de alto poder aquisitivo e a favela uma estratégia dos segmentos de baixo poder aquisitivo para solucionar seus problemas de moradia.” (ZANDONADI, 2008, p. 151.), ou seja, que se organizam espacialmente de acordo com um rol de possibilidades e constrangimentos postos pelo espaço urbano em

detrimento ou em favor de melhores possibilidades de reprodução cotidiana daqueles grupos; ainda, seria mesmo o caso dos moradores de aglomerados urbanos formados por cidades de porte médio e pequeno que habitam de acordo com estas (im)possibilidades, conformando a distribuição espacial dos grupos. VÉras (1999), então, lança luz exatamente no sentido do exposto diferenciando a pobreza, por um lado, como conceito de entendimento das situações de precariedade e de privação e a exclusão, por outro, como o processo espaço-temporal e/ou como uma abordagem metodológica, em cujas dimensões que aponta se pode incluir o espaço.

Além do desemprego, há outras dimensões de precariedade econômica e social, instabilidade conjugal, vida social e familiar inadequadas, baixo nível de participação nas atividades sociais, etc., em uma espiral viciosa de produção da exclusão. (VÉRAS, 1999, p. 23).

A diferenciação amiúde instalada no tempo e no espaço – sua repetição e sua frequência espaço-temporal – cria a exclusão, seja ela entendida como parte integrante e contraditória do desenvolvimento do modo de produção e como seu resultado, seja ela entendida como precarização e quebra do pacto de cidadania numa acepção mais ampla que considere o horizonte do direito a direitos. Neste sentido, entendê-la como resultado do esgarçamento do tecido social que dificilmente recupera sua elasticidade ou, como diz Costa (2001, p. 10), “[...] *caracterizada não só pela ruptura com o mercado de trabalho, mas por rupturas familiares, afectivas e de amizade*.”, é fundamental, pois permite vislumbrá-la não como condição estática e estabelecida, mas como um desenrolar, um processo em andamento, um *moto continuum*.

Alguns autores preferiram estabelecer em seus estudos novas nomenclaturas para o fenômeno ao se debruçar na elaboração e no refinamento do conceito de exclusão social. Assim, surgem termos como a *desqualificação* de Paugam, a *desfiliação* de Castel, a *desinserção* de Gaujelac e Leonetti e a *apartação social* de Buarque, conforme resumidamente explicadas em Wanderley (2002). A desqualificação está ligada à estigmatização dos indivíduos mais carentes, providos de uma assistência social que acaba por dragar-lhes a possibilidade de autonomia, reforçando as situações de dependência de assistência e, por consequência, de uma integração (parcial) muito específica. Contudo, estes podem se manter articulados e mobilizados dentro do grupo. É processual, não-estática, entendida como uma das formas de pobreza possível e não generalizável; entretanto, demasiado dependente

do emprego, ou seja, restrita ao mundo do trabalho. Já a desfiliação é estabelecida com uma ruptura do pertencer, encarando como se houvesse anteriormente uma situação de equilíbrio então desestabilizada – tanto no caráter material como nas relações sociais; assim, não é entrar na pobreza, mas sim perder os vínculos com a sociedade que a define. O termo emerge como crítica mesmo à exclusão social, acusada de representar a ruptura e enxergando uma espécie de isolamento. A desinserção, de saída não relacionada com a pobreza, dedica-se mais à dimensão simbólica causada pela situação de não-integração do indivíduo do que em suas determinantes sociais e/ou econômicas. Por fim, a apartação social, mais ligada à intolerância e à discriminação, evoca um tanto quanto o *apartheid* sul-africano das décadas de 1940-90 para explicá-lo como processo que resulta na separação do não-identificado da sociedade (WANDERLEY, 2002).

Autès (2004), por seu turno, ao analisar as correntes de pensamento sobre a exclusão social em Paugam, em Gaujelac e Leonetti e em Castel, aponta a ligação com as instituições no primeiro, com os indivíduos no segundo e com o jogo político no último. Entretanto, acaba este último autor, também, por estabelecer uma nomenclatura diferente: chama de *desligadura* (AUTÈS, 2004) aquele processo a que atribui o esgarçamento da esfera econômica em relação à esfera social na fragilização do sentido e do significado da vida do indivíduo.

La desligadura en cuestión es la de la esfera económica respecto de la esfera política: aquello que las ligaba, se fragiliza. La desligadura se realiza en lo simbólico, y el resultado es una incapacidad para producir sentido y para producir sujetos (actores). (AUTÈS, 2004, p. 31).

À parte do excesso de definições – que, apesar de complicarem o entendimento, são necessárias à consolidação de conceitos na ciência – pontuação fundamental, considera-se, é a que coloca novamente Costa (2001) ao estabelecer a exclusão como um problema relativo à esfera da cidadania. Parece, definitivamente, que a questão lançada é justamente esta: excluídos do sistema produtivo ou excluídos de uma participação política na sociedade? Neste ponto, resta dizer que se a busca é pela resposta à primeira, realmente o sistema, em seu caráter perverso e utilitarista, não exclui a ninguém nem a nenhum lugar, contudo *inclusão* passa a não mais significar muita coisa, na medida em que a cidadania transcende o sentido estrito do emprego e é conformada a partir de uma gama muito maior de dimensões da vida.

Somos necessariamente levados a concluir que a pobreza (e o mesmo se pode dizer de algumas das outras formas de exclusão social) constitui, além do mais, um *problema de cidadania*. [...] Também por isso, a pobreza e algumas outras formas de exclusão social constituem um verdadeiro e relevante *problema político*. Não se trata, pois, de um problema periférico da sociedade, mas de uma questão central para um conceito moderno de *democracia*. (COSTA, 2001, p. 32).

De forma muito próxima e complementar é a abordagem de Autès (2004), ao tratar da qualidade das políticas de proteção social na sociedade contemporânea. Para ele, há uma tensão entre dois campos conflituosos e imbricados: a economia de mercado e a democracia política. Na medida em que, na primeira, o indivíduo é constrangido de sua liberdade, alienado do processo produtivo do ponto de vista do trabalho puro e subordinado a ordens de esferas intangíveis, no outro ele é soberano, livre e, mais ainda, pedra fundamental da legitimidade política que regula a ordem. Neste ínterim, surgem as políticas de proteção social e de assistência que garantam sua tensão segura ao ponto que funcione sem se romper.

El gran compromiso social del salariado e de la protección social es la regulación de esta tensión. No su resolución: tan sólo un medio para mantenerla activa a través de toda una serie de ficciones entre las que encuentra el propio contrato laboral. (AUTÈS, 2004, p. 16),

No Brasil, por exemplo, uma particularização, entretanto, muito importante é posta por Vêras (1999), novamente, sobre a condição das políticas de inclusão, da exclusão social e da (não) resolução desta tensão.

A exclusão social, assim, aparece como a face econômica do neoliberalismo globalizado na América Latina e no Brasil e para ela não há nenhuma política assistencialista porque, segundo [Francisco de] Oliveira, as classes dominantes desistiram de integrá-las quer à produção quer à cidadania. Pretendem, sim, é segregar, confinar, em verdadeiro *apartheid* entre classes, um crescente distanciamento e incomunicabilidade, traço construído socialmente. (VÉRAS, 1999, p. 34).

Entende-se, pois, as diferenças e as aproximações entre as condições absolutamente precárias de vida, ou melhor, a constatação da carência extremada das condições de sobrevivência, e a exclusão social. Por isso, não se trata apenas de uma roupa nova para um fenômeno velho; mais do que isto, parece ser acertado afirmar que novas definições se fazem necessárias frente às também novas formas de pobreza. O mundo contemporâneo fragmentou as relações de trabalho a tal ponto que

a inserção existente pode servir para apenas manter o trabalhador sob a égide do capital – não só como mecanismo de contratação laboral, mas em toda uma estrutura de submissão do indivíduo à ordem das coisas tais como elas estão. A chamada manutenção do *status quo* funciona, assim, transformando cidadãos em fiéis contingentes de trabalhadores e consumidores, garantindo-lhes efêmera e circunstancialmente acesso à renda e ao consumo.

Outro fator, decorrente do primeiro e relevante nesta articulação, está na garantia de direitos e na participação no jogo político de poderes, a que se chama de cidadania. Neste caso, não apenas consubstanciando na forma de cidadãos aqueles que possuem direitos, mas, sobretudo, na ausência de participação nas arenas onde se travam as disputas políticas que interferem na forma de vida das pessoas. Considerando-se, então, que a base da constituição da sociedade democrática é a cidadania, ou o direito a ter direitos, Santos (2007) ao referir-se ao Brasil afirma que:

Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento da busca da ascensão social. Em lugar do *cidadão* formou-se um *consumidor*, que aceita ser chamado de *usuário*. (SANTOS, 2007, p. 25).

Apesar de não usar o termo *exclusão social*, o autor aponta para o que se chama atenção aqui: a ausência de cidadania no Brasil. Desta forma, o que mais resta aos pobres além do direito a ser mão-de-obra produtora e indivíduo consumidor, enquanto é mantido como apêndice de uma engrenagem produtiva numa sociedade excludente que não lhe garante direitos, justiça ou equidade? Assim entendido, o conceito de exclusão ganha força, corpo e um caráter politizador muito forte – mais do que estigmatizador, como imagina Paugam (1999).

De acordo com Santos (2007, p. 151) “*Há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. Seu tratamento não pode ser alheio às realidades territoriais.*”. Estas desigualdades territoriais são complexas e multifacetadas, refletindo e atingindo a vida das pessoas em suas diversas atividades. Como citado, sem dúvida o trabalho é uma das mais fortes ligações do cidadão com sua realidade, mas considerá-la como elo

único é pouco: o acesso ao lazer, à educação, à cultura, entre tantas outras atividades criativas é fundamental – assim como, não se despreza, ao consumo.

Um dos passos fundamentais é o incremento da renda, processo em andamento no Brasil hoje. Contudo, nem todas as possibilidades de superação do processo de exclusão podem ser alcançadas a partir das iniciativas próprias dos indivíduos, pois muitas barreiras então postas a partir de outras escalas, por outros poderes; então, “[...] *saltar escalas permite aos expulsos dissolver as fronteiras espaciais que são em larga medida impostas de cima e que detêm, em vez de facilitar, sua produção e a reprodução da vida cotidiana.*” (SMITH, 2000, p. 137)

Exclusão social: metodologias

Na esteira do debate a respeito do conceito de exclusão social – se esta representa a ausência absoluta de condições mínimas de humanidade e ou, por outro lado, se significa “apenas” a marginalização do indivíduo, temporária ou definitivamente, no sistema produtivo – os estudos sobre a desigualdade e sobre a exclusão social no Brasil tem se debruçado sobre amplos e variados aspectos da qualidade de vida e da inserção do indivíduo no mercado em busca de análises relacionais. Um dos estudos mais marcantes e pioneiros sobre a exclusão social é o de Sposati (1996) para o município de São Paulo, dividindo-o em duas partes, por ela mesma nomeadas de “estudo quantitativo” e “estudo qualitativo”. Sua análise trabalha sobre o binômio exclusão/inclusão social “[...] *para que os habitantes de São Paulo, olhando essa imagem paradoxal de sua metrópole, refletida nos mapas e tabelas como num espelho, alimentem a vontade de transformá-la.*” (SPOSATI, 1996, p. 7).

No quadro quantitativo, a escolha dos indicadores se baseou nos dados disponíveis para os 96 distritos da capital paulista, deles derivando variáveis como renda do chefe de família, emprego, qualidade dos domicílios, deslocamento, longevidade, mortalidade, trabalho feminino, entre outros, mapeando cada um. Destas variáveis, um agrupamento resultou em quatro índices principais: o Índice de Exclusão de Autonomia (Iexa), o Índice de Exclusão de Desenvolvimento Humano (Iexdh), o Índice de Exclusão de Qualidade de Vida (Iexqv) e o Índice de Exclusão de Equidade (Iexeq); além disto, contou com uma análise polarizada que buscava calcular a distância entre o melhor e o pior distrito, criando o Índice de Discrepância Interdistrital (Idi). Mapeados estes indicadores, resultou então um mapa síntese do Índice de Exclusão Social de São Paulo (Iex-SP).

No quadro qualitativo, buscou, junto às 331 paróquias da cidade, localizar

dentro de cada distrito as situações de exclusão social mais patentes – mesmo que, para a própria autora, o resultado tenha sido apenas parcial. Com isto, partiu para a constituição de índices de exclusão que configuram como medidas mais adequadas de identificação do grau da desigualdade espacializada e/ou dos espaços de desigualdade, proporcionando também a análise da evolução ou da involução do processo no tempo. As notórias discrepâncias encontradas dentro do mesmo recorte – a mesma cidade – ajudam a mitigar a idéia de espaços hegemônicos ou planejados, encontrando situações de inclusão e de exclusão concomitantemente.

Essa desigualdade cinde os habitantes, quebra o sentimento de semelhança e faz predominar o sentimento negativo de diferença, fomentando a intolerância, discriminação e segregação. Com a banalização das disparidades, a desigualdade social passa a ser naturalizada e referida como um componente normal da cidade, como o ar, aliás poluído. Com a propagação da não-cidadania e da não-solidariedade como tendências aparentemente incontroláveis, espalha-se o conformismo e o convívio urbano começa a fracionar-se num perigoso regime de separação social. (SPOSATI, 1996, p. 8)

Koga (2003) avalia, na construção de índices de discrepâncias⁴, que a exposição do espaço heterogêneo na escala intra-urbana a partir das desigualdades entre os níveis de desenvolvimento e cidadania alcançados numa região em detrimento de outra é meritório, pois “[...] *as cidades são consideradas apenas nas suas generalidades, nas suas médias, apesar de o parcelamento interno ser um fato que habita o cotidiano de seu funcionamento.*” (KOGA, 2003, p. 81). Em seu trabalho buscou na análise comparativa de seis estudos para cinco municípios⁵ avaliar o alcance e as possibilidades de cada um para, então, adentrar objetivamente na cidade de São Paulo e avaliar as desigualdades entre os distritos da capital a partir dos Índices de Discrepância. Com isto, alcança uma avaliação crítica onde o território passa a ser fundamental tanto no entendimento das situações de exclusão como na sua própria reformulação.

⁴ Dirce Harue Ueno Koga foi orientada por Aldaíza de Oliveira Sposati tanto no mestrado, em 1995, como no doutorado, em 2001, ambos em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Neste último, apresentou a tese “Cidades Territorizadas entre Enclaves e Potências”, transformada em 2003 no livro aqui referenciado. As semelhanças na construção de indicadores nos trabalhos das duas autoras não são, portanto, mera coincidência, mas devem-se ao fato de que o objeto analisado é o mesmo.

⁵ Os estudos e as cidades são: o Mapa da Exclusão/Inclusão social de São Paulo, o Mapa da Pobreza de Curitiba, o Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte, o Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte, o estudo Desenvolvimento Urbano Sustentável no Recife Metropolitano e o estudo IDH do Rio de Janeiro.

O território permite esta consideração das tonalidades dos lugares e das pessoas, das diferenças e das desigualdades, das necessidades e das potencialidades. Esta visão traz conseqüentemente à tona a questão da intersectorialidade não simplesmente como uma soma de programas e projetos, mas fundamentalmente como instrumento de mobilização de recursos e potências locais considerados em sua totalidade territorial. (KOGA, 2003, p. 266).

Nos trabalhos do Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas, abrigado na Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, em Presidente Prudente, a análise das desigualdades estabelecidas e dos processos de exclusão em cidades de pequeno e médio porte ganham evidência. Em estudo recente, foram avaliadas as situações de exclusão social em três municípios, partindo de uma apresentação geral de cada um e buscando inseri-los no contexto da demografia e da economia do Estado – o que proporcionou que metodologias diferentes foram posteriormente utilizadas na avaliação de cada caso segundo algumas especificidades. Em Rancharia, dada a carência de informações sistematizadas optou-se por uma estratégia que se aproxima da estimativa rápida⁶, onde a observação e a descrição de determinados aspectos da paisagem urbana geraram dados para serem organizados e trabalhados. Em Tarabai, além da conformação de uma base digital antes inexistente, foi necessária a digitalização das informações que eram disponíveis, mas em fichas de papel. Em Álvares Machado, o estudo foi estruturado sobre trabalho de campo, com aplicação de questionários para coleta de dados, conformação de um banco e mapeamento, inclusive cruzando as informações obtidas com aquelas da própria Prefeitura (CEMESPP, 2009).

Destra maneira, um rol de estratégias de apreensão da realidade de cidades de pequeno porte foi configurado; suas especificidades frente a outros tipos de cidades, ao serem consideradas, promovem metodologias de trabalho muito particulares, seja em relação à falta de alguns recursos e/ou informações sistematizadas em alguns casos, seja pela possibilidade de apreendê-las diretamente noutros. Por isso, as cidades pequenas:

[...] mostram grandes dificuldades para acessar dados e gerar informações. Aqui, freqüentemente, entram em discussão os níveis de análise espacial e

⁶ A estratégia foi de obter informações através da base empírica por face de quadra, considerando fatores ambientais, de sinalização, de infra-estrutura, de uso e ocupação do solo e de mobilidade e acessibilidade, avaliando existência de mobiliário urbano, visibilidade das placas, existência de arborização e tamanho das espécies, qualidade da iluminação pública, entre outros. Para maiores detalhes, cf. CEMESPP. **Circuitos da exclusão e da pobreza urbana em Álvares Machado e Rancharia**. Relatório Final (Projeto de pesquisa políticas públicas FAPESP), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009 (especialmente as pp. 58-62).

as escalas geográficas, pois os fenômenos espaciais analisados, a leitura que deles poderá ser feita e as formas de expressão cartográfica, se processarão de formas diferenciadas. [...] nos deparamos com a necessidade de manter certa flexibilidade para adequar os procedimentos metodológicos às especificidades de cada localidade, sem perder, é claro, a possibilidade de comparabilidade com outras realidades. Esse é um grande desafio dos grupos de pesquisa que se dedicam a compreender melhor as cidades pequenas. (CEMESPP, 2009, p. 123).

Faz-se necessário pontuar, sumariamente, primeiro uma divergência para, depois, apontar uma convergência entre os trabalhos apresentados aqui brevemente. Marca os trabalhos de Sposati e de Koga a análise da cidade de São Paulo, ao passo que o CEMESPP se debruça sobre as cidades pequenas e médias, ou melhor, sobre realidades não-metropolitanas. Isto por si só demonstra a diversidade metodológica com que se pode tratar a questão da exclusão em recortes territoriais diferentes – se bem que, nos dois primeiros trabalhos, o recorte não consiste na área metropolitana, mas somente o limite municipal; parece, a esta altura, não fazer mais sentido avaliar este fragmento de uma realidade muito maior e mais complexa, pois considerando a inserção da cidade no conjunto das relações urbanas que lhe são inerentes não parece fazer sentido, pelo menos na abordagem geográfica, deixar de tratar a realidade metropolitana em suas relações multiescalares, mesmo que seja desejado se debruçar apenas sobre a cidade inscrita dentro do limite do município e não sobre a metrópole como um todo.

Entretanto, os trabalhos acima citados convergem para um mesmo ponto: são análises que procuram articular e apresentar a dimensão territorial da desigualdade, ou mais, da exclusão social no urbano. Tratam da criação e interpretação de indicadores estabelecidos em pesquisas acadêmicas para a investigação não só da pobreza, como insiste Demo (2003), mas dão um passo além ao se concretizarem numa avaliação e materialização espacial da exclusão social. Consideram, todos, o espaço como fundamento indispensável tanto na identificação de processos geradores de exclusão como para a sua superação, nos momentos em que a apontam. Sobretudo, as idéias colaboram na formação de um pensamento em que o urbano é entendido na medida de suas discrepâncias e desigualdades, que apontam para conflitos e contradições internas, opostamente à idéia de espaços homogêneos; além disto, vão além da economia, pois as desigualdades são o elemento intrínseco para a análise da cidade.

Um estudo de exclusão social

O trabalho de CEMESPP (2009) é importante para que, agora, a caracterização do processo de exclusão social em Álvares Machado se desenrole, especialmente baseando-se no oportuno acompanhamento de sua fase final – a elaboração do relatório e já de posse de todas as informações em banco de dados – e a importante participação no grupo de pesquisa. Quatro dimensões principais – a dimensão econômica, a dimensão do alcance das políticas públicas, a da mobilidade e a da representação social da pobreza e da desigualdade – guiaram o trabalho e algumas conclusões importantes sobre as características das áreas de exclusão social em Álvares Machado, no particular, e de cidades pequenas, no geral, merecerão análise. Pensa-se que contextualizar a exclusão social a partir de tabelas e gráficos permitirá que se aprofunde a análise mais à frente, preparando o caminho para as informações alcançadas no que se refere exclusivamente à mobilidade.

De acordo com o exposto anteriormente sobre o caráter multidimensional da exclusão social, tem-se:

A renda familiar constitui-se em indicador fundamental na caracterização de situações de exclusão social, em que pese não poder ser tomado como único. Relaciona-se diretamente às possibilidades de acesso aos bens materiais necessários à vida familiar e social, bem como se relaciona diretamente, também, às condições de emprego, escolaridade e às categoriais sócio-ocupacionais dos diferentes membros familiares, remetendo-nos à própria trajetória de vida os indivíduos e famílias no que se refere à autonomia, possibilidades e escolhas realizadas. (CEMESSPP, 2009, p. 79).

Neste ponto, de acordo com Costa (2001):

[...] pode haver pobreza sem exclusão social, como acontecia aos pobres no *ancien régime*, em que os servos eram pobres, mas encontravam-se integrados numa rede de relações de grupo ou de comunidade. Algo semelhante pode passar-se hoje com os pobres do meio rural. Pobreza e exclusão social são, portanto, na perspectiva exposta, realidades distintas e que nem sempre coexistem. (COSTA, 2001, p. 10).

Neste sentido, a análise da renda é um ponto de partida importante, mas não pode ser um fim em si mesma – não se o desejo for entender a exclusão social como processo em andamento. A tabela 1, a seguir, parte justamente da renda familiar informada pelo respondente.

A maioria da população entrevistada está na faixa que tem rendimento

familiar entre um e três salários mínimos, com quase 60% das ocorrências. Observe-se que, em que pese a forte presença na faixa destacada, entretanto, mais de 80% dos entrevistados vivem com uma renda familiar menor do que três salários mínimos.

Tabela 1 – Áreas de exclusão social de Álvares Machado: renda familiar, 2008 (em números relativos)

Menor que 1 salário mínimo	8,53%
1 salário mínimo	15,09%
De 1 a 3 salários mínimos	59,32%
De 3 a 5 salários mínimos	12,84%
De 5 a 10 salários mínimos	3,95%
Mais que 10 salários mínimos	0,27%
Total	100%

Fonte: CEMESPP, Banco de dados Álvares Machado 2009. Org. pelo autor.

A tabela 2 mostra a situação de emprego/trabalho do chefe de família, de acordo com o informado sobre o tipo de emprego/trabalho que este desenvolve e qual sua situação em relação a rendimentos e periodicidade.

Tabela 2 – Áreas de exclusão social de Álvares Machado: situação de emprego/trabalho do chefe de família, 2008 (em números relativos)

Trabalha com rendimentos	61,35%
Aposentado e não trabalha	11,65%
Desempregado	6,64%
Trabalho ocasional	5,78%
Encostado	4,92%
Não trabalha	3,62%
Aposentado e trabalha	3,02%
Trabalho sem rendimentos	2,5%
Trabalho temporário	0,52%
Total	100%

Fonte: CEMESPP, Banco de dados Álvares Machado 2009. Org. pelo autor.

Importante ressaltar que, como se vê, a imensa parcela (mais de 61% dos chefes de família entrevistadas) desenvolve algum tipo de trabalho com rendimentos. Mas é importante ressaltar a presença de aposentados que não trabalham (11,65%) e desempregados (6,64%) – e se pode dizer que estão numa vulnerabilidade maior – além de chefes de família que trabalham ocasionalmente (5,78%).

A tabela 3 a seguir mostra a situação do chefe de família que trabalha segundo o vínculo empregatício – formal ou informal.

Tabela 3 – Áreas de exclusão social de Álvares Machado: tipo de vínculo empregatício do chefe de família que trabalha, 2008 (em números relativos)

Com registro	62,82%
Sem registro	37,18%
Total	100%

Fonte: CEMESPP, Banco de dados Álvares Machado 2009. Org. pelo autor.

Quase 2/3 dos entrevistados possuem vínculos formais de trabalho, enquanto 1/3 estão ligados à precarização do trabalho. Estes três indicadores – renda familiar, situação no mercado de trabalho e tipo de vínculo empregatício – acabam por retratar uma população marcada por heterogeneidades: em que pesem os baixos rendimentos das famílias, conforme a tabela 1, elas são chefiadas, em sua maioria, por trabalhadores com rendimentos. A participação no mercado informal de trabalho existe, mas não é a situação mais comum.

Fica difícil, com os dados acima, realizar alguma assertiva sobre a precarização do trabalho ou sobre a exclusão social. Mas, como esta última é caracterizada por ser multidimensional, não são só as relações de trabalho que, isoladamente, retratarão o processo e sim uma articulação de diferentes dimensões da vida dos grupos. Portanto, outras dimensões que não somente a renda devem, como já exposto anteriormente, ser analisadas.

Mobilidade e exclusão social

Desta forma, outras relações que não as de emprego podem fornecer pistas importantes na construção deste quadro.

Para além das relações que estabelecem ou não com o mundo do trabalho [...] as famílias e seus diferentes membros inserem-se em relações sociais mais amplas que determinam, contribuem ou influenciam suas trajetórias de vida, inserção social ou capacidade de resistir e atravessar adversidades que podem gerar situações de exclusão social. Sejam elas construídas a partir de ações dos próprios indivíduos, tais como relações de parentesco ou vizinhança, clubes e associações, partidos políticos ou inserção religiosa, seja ainda aquelas produzidas a partir de ações do poder público, como programas voltados para jovens, idosos, mães etc. ou aqueles associados à transferência de renda, ações que geram sociabilidade tem sido investigadas pelo potencial que apresentam em criar redes que vinculam indivíduos a grupos e entre si. (CEMESPP, 2009, p. 81).

A mobilidade do trabalho pode ser o início de uma investigação mais profunda que envolve o debate sobre o direito à cidade. Exprime, de uma forma – pois ainda há de se considerar outras mobilidades, condicionadas por outras

especificidades, que desenharão outros contornos –, o modo de organização da sociedade e não pode ser menosprezada como dimensão reveladora e geradora de desigualdades sócio-espaciais; *mutatis mutandis*, a recíproca também se coloca, ou seja, as desigualdades socioespaciais revelam, também, uma (des)organização social que exprime desigualdades de mobilidade.

A mobilidade espacial da população das áreas pesquisadas constitui-se em dimensão não desprezível para revelar situações de desigualdades e exclusão social. A possibilidade de acessar cotidianamente o emprego ou local de trabalho, os serviços de educação ou saúde ou lazer, os modais de transporte utilizados e, em vários casos, seus custos em muito determinam as possibilidades de inserir-se, de usufruir, de participar, enfim, de usar aquilo que está à disposição. (CEMESPP, 2009, p. 86).

Neste campo, CEMESPP (2009) já enfoca os deslocamentos de maneira a contextualizar esta dinâmica. Considera, além do acesso ao trabalho, o acesso a instituições de ensino, ao atendimento médico-hospitalar e ao lazer.

O trajeto casa-trabalho, por mais cotidiano, é fruto de intenso esforço que se reflete em ganho ou perda de tempo e, sobretudo para populações mais pobres, economia no orçamento doméstico. A intensidade das interações em relação ao local de trabalho do chefe de família morador das áreas de exclusão social em Álvares Machado o mercado de trabalho, numa relação de dependência com Presidente Prudente, pode ser verificada na tabela 4 a seguir. Nela, é possível verificar que metade das residências visitadas em que o chefe de família trabalha desenvolve esta relação de dependência. Uma informação interessante é que da categoria “outros”, se desagregada, 39 chefes de família desenvolvem suas atividades de trabalho em mais de 14 cidades diferentes, quase todas na região de Presidente Prudente, o que permite intuir sobre a rede formada.

Tabela 4 – Áreas de exclusão social de Álvares Machado: locais de trabalho do chefe de família, 2008 (em números relativos)

Presidente Prudente	51,52%
Álvares Machado	42,55%
Outros municípios	5,93%
Total	100%

Fonte: CEMESPP, Banco de dados Álvares Machado 2009. Org. pelo autor.

Mostra-se assim que, sendo o mercado de trabalho em Presidente Prudente, os ônus de tal localização tem de ser assumidos pela população, inclusive em termos de tempo e custo. São constrangidos a se deslocar cotidianamente, a

estabelecerem uma relação com um espaço diferente daquele de seu bairro, de conviver de maneira diferente com seus vizinhos; enfim, não lhes resta opção a não ser se submeter a estes trajetos rotineiramente.

A seguir, apresentam-se três tabelas. Elas se referem ao local buscado para ensino, para atendimento médico-hospitalar e para lazer. Estas necessidades podem, também, revelar a maneira pela qual se dão as relações entre as duas cidades. Contrariamente ao encontrado no caso da mobilidade para o trabalho, na educação a maioria da população residente da área frequenta a escola na própria cidade de Álvares Machado, como mostra a tabela 5 abaixo.

Tabela 5 – Áreas de exclusão social de Álvares Machado: locais de estudo, 2008 (em números absolutos e relativos)

Álvares Machado	92,64%
Presidente Prudente	7,08%
Outros municípios	0,28%
Total	100%

Fonte: CEMESPP, Banco de dados Álvares Machado 2009. Org. pelo autor.

Através da informação da quantidade de estudantes que ficam em Álvares Machado é quase majoritária, correspondendo a mais de 92% dos casos, é possível inferir que por um lado, o sistema de oferta de instituições de ensino pulverizadas no espaço cumpre seu papel de manter a população que estuda próxima ao seu local de moradia e, por outro, que a população não realiza estas atividades em escolas particulares distantes.

Talvez os outros níveis de ensino – que implicam na raridade dos estabelecimentos – esteja contemplado nos deslocamentos para Presidente Prudente e outros municípios. De qualquer forma, é importante ter em mente que talvez a população que não despreze o desejo de se locomover pra tais finalidades, mas não possa realizá-lo; isto implicaria em se sujeitar às condições postas, sem opção por diferenciais, inclusive de qualidade.

Na tabela 6 podem ser verificados os atendimentos médico-hospitalares.

Tabela 6 – Áreas de exclusão social de Álvares Machado: locais de atendimento médico, 2008 (em números absolutos e relativos)

Álvares Machado	65,82%
Presidente Prudente	33,72%
Regente Feijó	0,23%
Santo Expedito	0,23%
Total	100%

Fonte: CEMESPP, Banco de dados Álvares Machado 2009. Org. pelo autor.

Os atendimentos em Álvares Machado predominam com mais de 2/3 dos casos. Isto reflete a organização do sistema de atendimento de saúde brasileiro, onde unidades de atendimento básicos são localizadas em pontos específicos – determinados pelas políticas públicas – e são consultadas antes de se receber um encaminhamento para unidades mais especializadas, a não ser em casos de atendimento emergencial.

A tabela 7 apresenta os dados relativos ao lazer da população, trazendo os locais mais utilizados de acordo com as citações nos questionários aplicados. A grande maioria da população entrevistada exerce seu lazer e seu ócio na própria cidade.

Tabela 7 – Áreas de exclusão social de Álvares Machado: locais de lazer, 2008 (em números absolutos e relativos)

Álvares Machado	78,80%
Presidente Prudente	16,01%
Outros	5,19%
Total	100%

Fonte: CEMESPP, Banco de dados Álvares Machado 2009. Org. pelo autor.

Este talvez seja o exemplo mais flagrante da restrição espacial posta para esta população. O lazer exercido na própria cidade se dá em prejuízo das opções, já que Álvares Machado não conta com uma gama de serviços para este propósito.

A proximidade entre as cidades se torna cada vez mais evidente. A proximidade geográfica – tanto no sentido antigo da localização como no sentido mais contemporâneo da produção e do uso do espaço – e as relações fortemente estabelecidas reforçam fluxos tanto ao trabalho como ao consumo de serviços de saúde, de lazer e de educação de maneira que não se pode desprezá-los.

Neste panorama, buscou-se contextualizar uma situação de exclusão social que, se por vezes é difícil de ser explicitada, especialmente em termos diferentes daqueles de carência extrema, é fundamental de ser compreendida. Sua importância emerge na medida em que tal realidade, ligada inexoravelmente à vida das pessoas que lá habitam, se desvenda sob a forma da localização periférica dentro de uma configuração urbana com a peculiar interação espacial entre o município e Presidente Prudente. Assim se impõe a necessidade de políticas públicas espaciais, particularmente para o urbano.

Considerações finais

É nestes termos que a mobilidade se consolida como uma das entradas possíveis ao entendimento das formas cada vez mais contundentes de aumento das desigualdades; ao mesmo tempo em que, se esmiuçada tal mobilidade, pode servir ao fomento do debate dela mesma como qualidade para a superação destas desigualdades, emancipando de fato grupos menos favorecidos e constituindo o alicerce do acesso, no sentido amplo, a uma *urbanidade* de fato. A decisão do cidadão (especialmente do pedestre, cidadão não-motorizado) de que caminho tomar, por quais meio transitar e quais os modais escolher passa a ser então uma decisão estratégica de locomoção para melhor desempenhar seu papel na relação tempo-espaço dentro ou entre os espaços urbanos; é decisão, mais do que constatação (por maiores que sejam as forças que tentam dele alienar tal decisão).

Por outro lado, a influência do automóvel na decisão do planejamento urbano, na definição das diretrizes norteadoras da construção das vias e na distribuição dos fluxos – e por consequência na construção das cidades como um todo – confere ao seu proprietário uma vantagem individual muito relevante, incompatível com a sociedade igualitária e como direito à cidade: a possibilidade de consumir a cidade e de se locomover pelos espaços urbanos aumentada drasticamente para um indivíduo motorizado.

A mobilidade espacial e a acessibilidade, [...] interferem no uso e na apropriação do espaço urbano [...]. Essa configuração cotidiana mantém correspondência com o acesso distinto à cidade capitalista, que é diferenciada e segregada socioespacialmente. (PEREIRA, 2006, p. 311).

Uma política de mobilidade precisa contar com um sistema de transporte público coletivo que considere a diferenciação entre espaços e grupos sociais para, dessa maneira, equalizar o direito de acesso às áreas da cidade, pois “*Considerando a distribuição desigual de meios de circulação, a capacidade de consumir espaço é altamente desbalanceada a favor daqueles que têm acesso ao transporte particular.*” (VASCONCELLOS, 2000, p. 43). O empoderamento da população e o engajamento nas tomadas de decisões são fundamentos importantes numa sociedade democrática e podem fazer com que políticas públicas que representem os anseios da coletividade possam ser formuladas (CEMESPP, 2009), e no caso das políticas de transporte não é diferente: não se pode restringir aos grandes centros e não se pode permitir que a população tenha que recorrer aos meios privados para ter acesso à cidade ao mesmo

tempo em que não é possível mais a estas populações se abster do debate. Este quadro não pode ser compatível com qualquer idéia de ganho de autonomia e de fortalecimento da cidadania. Faz-se fundamental tal posicionamento para que “o lado de lá” passe a ter foco da maneira como Costa coloca: “[...] o interesse da sociedade pela pobreza e a exclusão, normalmente motivado pelo desejo de ser ‘parte da solução’, terá de ser completado pela consciência de também ser ‘parte do problema’.” (COSTA, 2001, p. 95).

A sociedade excludente, que se desenvolve desigualmente, indica claramente suas opções por uma mobilidade desbalanceada e diferenciada. Mas pensar políticas públicas de mobilidade implica pensar além de simplesmente *como* resolver uma demanda para se atingir o *porquê* e o *para que* se disponibiliza transporte. Hoje, a ação é orientada à gestão dos problemas de trânsito e não ao planejamento da mobilidade; é responsável pela organização das vias e não do espaço público; é comprometida com uma estruturação que sirva como base para a reprodução do capital e não para a promoção do direito e da cidadania. Como mostrado através das tabelas, há diferentes circuitos traçados por pessoas que trabalham todos os dias em lugares distantes de suas residências, mas que relutam no dispêndio do mesmo esforço para o lazer, por exemplo; são estes circuitos que conformam o espaço para estes grupos; cabe aos estudos geográficos não ceder às elaborações que fujam à análise espacial, da ordem espacial (GOMES, 2009) dos fenômenos, processos e dinâmicas que são de suma necessidade para o entendimento de uma realidade cada vez mais organizada a partir de lógicas de comando multidimensionais e interescares que impactam sistematicamente a ordem espacial. As políticas de mobilidade são ferramentas poderosas que podem servir, por um lado, a agentes produtores de espaço urbano e, por outro, a formulações que visem a inclusão, a equidade e a justiça social. Negligenciar a importância da mobilidade no contexto de uma sociedade motorizada servirá somente à socialização de prejuízos.

Referências Bibliográficas

AUTÈS, Michel. Las tres formas de desligadura. In: KARSZ, Saül (coord.) **La exclusión: bordeando sus fronteras – definiciones e matices**. Barcelona: Gedisa, 2004, pp. 15-53.

CEMESPP. **Circuitos da exclusão e da pobreza urbana em Álvares Machado e Rancharia**. Relatório Final (Projeto de pesquisa políticas públicas FAPESP), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente

Prudente, 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. Diferenciação sócio-espacial, escalas e práticas espaciais. **Cidades**: revista científica. Presidente Prudente, v. 4, n. 6, pp. 61-72, 2007.

COSTA, Alfredo Bruto da. **Exclusões sociais**. 2ª ed, Lisboa: Gradiva, 2001.

DEMO, Pedro. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOMES, Paulo César da Costa. Um lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, Francisco de Assis; LOWEN-SAHR, Cícilian Luiza; SILVA, Márcia da (Org.). **Espaço e tempo**: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ADEMADAN, 2009, pp. 13-30.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

MARISCO, Luciane Maranhá de Oliveira. **A norma e o fato**: abordagem analítica da segregação sócio-espacial e exclusão social a partir dos instrumentos urbanísticos. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2003.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 2 ed., São Paulo: Paulus, 2003.

MELAZZO, Everaldo Santos. **Padrões de desigualdades em cidades paulistas de porte médio**: a agenda das políticas públicas em disputa. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2006.

PAUGAM, Serge. O conceito de desqualificação social. In: VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. (Ed.). **Por uma sociologia da exclusão social**: o debate com Serge Paugam. São Paulo: Educ, 1999, pp. 63-79.

PEREIRA, Sílvia Regina. **Percursos urbanos**: mobilidade espacial, acessibilidade e o direito à cidade. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2006.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? 2 ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7 ed., São Paulo: Edusp, 2007.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, Antonio A. (org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000, pp. 132-159.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira (Coord.). **Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo**. São Paulo: Educ, 1996.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. **Transporte urbano nos países em**

desenvolvimento: reflexões e propostas. 3 ed., São Paulo: Annablume, 2000.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Notas ainda preliminares sobre exclusão social, um problema brasileiro de 500 anos. In: _____ (Ed.). **Por uma sociologia da exclusão social:** o debate com Serge Paugam. São Paulo: Educ, 1999, pp. 13-47.

VIEIRA, Alexandre Bergamin. **O lugar de cada um:** indicadores sociais de desigualdade intraurbana. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2005.

_____. **Mapeamento da exclusão social em cidades médias:** interfaces da Geografia Econômica com a Geografia Política. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. 4 ed., Petrópolis: Vozes, 2002, pp. 16-26.

ZANDONADI, Júlio César. **Novas centralidades e novos habitats:** caminhos para a fragmentação urbana em Marília (SP). Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2008.

Recebido em: 10/04/2011.

Aceito para publicação em: 28/07/2011.